

O gênero e as práticas esportivas das mulheres. Alguns pontos de discussão em psicologia social e do esporte

The Gender and Female Sporting Practices. Points of discussion in Social and Sport psychology

El género y las prácticas deportivas de las mujeres. Algunos puntos de discusión en psicología social y del deporte

Carla Cristina Garcia¹

Resumo

O aumento na prática de esportes por parte das mulheres na sociedade ocidental atual é um fato de inegável importância. Entretanto, os esportes e as práticas esportivas ainda são um campo no qual os homens estão em maior número e continuam a ser mais valorizados e mais bem remunerados do que as atletas. Se praticar esportes traz benefícios para o desenvolvimento integral do ser humano, entre os quais se destacam os aspectos físicos, psicológicos e sociais (transmissão de valores, trabalho em equipe, respeito, autoestima, autoconceito etc.), quando se impede ou se dificulta o acesso da mulher no âmbito esportivo, impõe-se uma posição de inferioridade em relação ao homem. Neste artigo, fazemos uma breve análise das justificativas científicas e sociais utilizadas para dificultar o acesso das mulheres às práticas esportivas na sociedade ocidental por razões de gênero, bem como refletir sobre como o próprio desenvolvimento desse conceito pode influenciar na transformação dessa condição. Essas reflexões se inscrevem tanto no campo da psicologia quanto no da sociologia do esporte com enfoque feminista, que têm como objetivo questionar a discriminação de gênero nas práticas esportivas.

Palavras-chave: gênero; esportes; mulheres; teorias feministas; psicologia do esporte

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. E-mail: ca-cris@uol.com.br

Abstract

The increase in women's sports practice in current Western society is a fact of undeniable importance. However, sports and sporting practices are still fields in which men greatly outnumber women and are also more valued and better paid than the female athletes. Playing sports is extremely beneficial to human development in terms of the physical, psychological and social aspects (such as learning and passing along values, team work, respect, self-esteem, self-concept). When prevented from participating in sports, female athletes are being put in an inferior position to their male colleagues. This article provides a brief analysis of the scientific and social justifications that were used as obstacles to women's access in Western Society sporting practices. There is also reflection on how the very development of this concept may influence changes in this area. These views on the Psychology and the Sociology of sports are based on a feminist assumption that aims to question gender discrimination in sports practices.

Keywords: gender; sports; women; feminist theories; sport psychology

Resumen

El aumento de la práctica de deportes por parte de las mujeres en la sociedad occidental actual es un hecho de innegable importancia. Sin embargo, los deportes y las prácticas deportivas todavía son un ámbito en el que los hombres no sólo están en mayor número como siguen siendo más valorados y mejor remunerados que las atletas. Practicar deportes trae innumerables beneficios para el desarrollo integral del ser humano, de los cuales se pueden destacar los físicos, psicológicos y sociales (transmisión de valores, trabajo en equipo, respeto, autoestima, autoconcepto), así que cuando se impide o dificulta el acceso de la mujer al ámbito deportivo, lo que se está imponiendo es una posición de inferioridad en relación con el hombre. En este artículo, haremos un breve análisis de las justificaciones científicas y sociales que se utilizaron para dificultar el acceso de las mujeres a las prácticas deportivas en la sociedad occidental por razones de género, así como reflexionar sobre cómo el propio desarrollo de ese concepto puede influir en la transformación de esa condición. Estas reflexiones se inscriben en el campo de la Psicología y de la Sociología del deporte con enfoque feminista que tiene como objetivo cuestionar la discriminación de género en las prácticas deportivas.

Palabras clave: género; deportes; mujeres; teorías feministas; psicología del deporte

O CONCEITO DE GÊNERO E A EXPERIÊNCIA ESPORTIVA DAS MULHERES

Em 1995, em um texto hoje obrigatório para todos os que se debruçam sobre o tema das mulheres e práticas esportivas em psicologia social e do esporte, Fúlvia Rosemberg postulou a seguinte questão:

Quando voltamos nossa atenção para a área de estudos sobre mulheres/relações de gênero que vem se constituindo com força no Brasil nos últimos anos, o cenário é de penúria. Aqui, questões relativas ao corpo foram centrais . . . , porém essa área tem sido pouco pródiga na produção sobre educação no geral e em educação física e esportes em particular. Possivelmente, esse campo do conhecimento traz desafios formidáveis a feministas e pesquisadores. Como enfrentar, por exemplo, a questão das diferenças biológicas entre os sexos quando uma das máximas do feminismo foi “a biologia não é destino?” Que postura assumir perante o esporte de elite, cuja essência é a dominação pela potencialização de atributos definidos como masculinos em uma sociedade patriarcal? Qual a meta: transformar essa cultura esportiva ou criar condições para a produção de novas mulheres que concordaram em igualdade de oportunidades através da investidura de tais atributos? (Rosemberg, 1995, p. 273)

Nos últimos 20 anos, a psicologia do esporte de matriz feminista tem tentado responder a essas questões mapeando as razões das discriminações de gênero no âmbito esportivo e buscando alternativas para os modelos de práticas físicas centradas nas atividades masculinas. Se historicamente a sociedade ocidental tem separado a experiência esportiva de homens e mulheres, é preciso lembrar que o esporte tal como conhecemos hoje começou a ser organizado no século XIX, em escolas públicas masculinas na Inglaterra, onde os jogos se transformaram em atividades com regras e a diferenciação do desempenho de meninas e meninos passou a determinar os modos de participação de ambos os sexos nas práticas esportivas (Hargreaves, 1994, p. 43).

Nesse sentido, é necessário, em primeiro lugar, definir o conceito de *gênero* que aqui se utiliza. Quando falamos de gênero, fazemos referência a um conceito formulado pelas ciências sociais para analisar a construção

sócio-histórica das identidades masculina e feminina. A teoria afirma que, entre todos os elementos que constituem o sistema de gênero – também denominado patriarcado por algumas correntes de pesquisa –, existem discursos de legitimação sexual ou ideologia sexual. Esses discursos legitimam a ordem estabelecida e justificam a hierarquização dos homens e do masculino e das mulheres e do feminino em cada sociedade determinada. São sistemas de crenças que especificam o que é característico de um e outro sexo e, a partir daí, determinam os direitos, os espaços, as atividades e as condutas próprias de cada sexo (Salzman, 1992).

O conceito de gênero é uma das categorias centrais das teorias feministas. Parte da ideia de que o feminino e o masculino não são fatos naturais ou biológicos, mas construções culturais. Por gênero, entendem-se todas as normas, obrigações, comportamentos, pensamentos, capacidades e até mesmo o caráter que se exigiu que as mulheres tivessem por serem biologicamente mulheres. Gênero não é sinônimo de sexo. Quando falamos de sexo, referimo-nos à biologia – as diferenças físicas entre os corpos –, e, ao falar de gênero, às normas e condutas determinadas para homens e mulheres em função do sexo.

Deve-se acrescentar a essa descrição que as diferenças biológicas homem-mulher são deterministas, são dadas pela natureza, mas, como seres culturais, a biologia não determina nossos comportamentos. O propósito principal dos estudos de gênero ou da teoria feminista é o de desmontar o preconceito de que a biologia determina o feminino, uma vez que o cultural ou humano é uma criação masculina. Foi Robert J. Stoller quem, em 1968, utilizou pela primeira vez o conceito de gênero:

Os dicionários assinalam principalmente a conotação biológica da palavra sexo, manifestada por expressões tais como relações sexuais ou o sexo masculino. Segundo este sentido, o vocábulo sexo se referirá nesta obra ao sexo masculino ou feminino e aos componentes biológicos que os distinguem; o adjetivo sexual se relacionará, pois, com a anatomia e a fisiologia. Agora bem, esta definição não abarca certos aspectos essenciais da conduta – a saber, os afetos, os pensamentos e as fantasias – que, mesmo estando ligados aos sexos, não dependem de fatores biológicos. Utilizaremos o termo gênero para designar alguns destes fenômenos psicológicos: assim como cabe falar de sexo feminino e masculino, também se pode aludir a masculinidade e a

feminilidade sem fazer referência alguma a anatomia ou a fisiologia. Desse modo, mesmo que o sexo e o gênero se encontrem vinculados entre si de modo inexpugnável na mente popular, este estudo propõe, entre outros fins, confirmar que não existe uma dependência biunívoca e inelutável entre ambas dimensões (o sexo e o gênero) e que, ao contrário, seu desenvolvimento pode tomar vias independentes. (Stoller, 1968, pp. VIII-IX)

Depois desse trabalho, as feministas passaram a utilizar o conceito no desenvolvimento de suas teorias:

Em virtude das condições sociais em que nos vemos submetidos, o masculino e o feminino constituem, com certeza, duas culturas, e dois tipos de vivências radicalmente distintos. O desenvolvimento da identidade genérica depende, no decorrer da infância, da soma de tudo aquilo que os pais, os companheiros e a cultura em geral consideram próprio de cada gênero no que concerne ao temperamento, ao caráter, aos interesses, à posição, aos méritos, aos gestos e às expressões. Cada momento da vida de uma criança implica uma série de pautas sobre como devem pensar, ou comportarem-se para satisfazer as exigências inerentes ao gênero. Durante a adolescência, se recrudescem os requerimentos de conformismo, desencadeando uma crise que costuma acalmar-se na idade adulta. (Millett, 1995, p. 80)

Desse modo, a partir das construções que, em cada época, a sociedade faz sobre homens e mulheres, a prática esportiva modifica-se. Isso quer dizer que o esporte está intimamente ligado aos estereótipos do que uma mulher ou um homem podem realizar ou não com seu corpo, além de estipularem para ambos lugares determinados na sociedade.

Em geral, o feminino foi representado por qualidades como a sensibilidade, a passividade, a submissão, a compreensão, a dependência, a falta de agressividade. O masculino foi relacionado a força, a agressividade, a trabalho, a êxito, a iniciativa. Essas ideias simplificadas da realidade, mas reforçadas cotidianamente, têm repercussões sobre como nos vemos a nós mesmos e aos demais.

No século XIX, as práticas esportivas estavam impregnadas de uma concepção de masculinidade que celebrava a competitividade e a dominação física. Em contraste, a participação das mulheres em atividades físicas e esportivas era tema de grandes debates quanto ao tipo e à quantidade de

exercícios que seriam convenientes para sua suposta natureza mais delicada. Com efeito, a ideologia vitoriana apresenta as mulheres como fortes apenas no âmbito moral e espiritual, mas física e intelectualmente débeis.

Nesse período, as mulheres tinham uma função muito concreta dentro da família: serem mães e esposas e permanecerem dentro do espaço privado da casa. As mulheres de classe média vitorianas eram instruídas a partir do modelo médico que recomendava exercícios suaves, ginástica preventiva e massagens para não sobrecarregar suas funções reprodutivas (Giulianotti, 2004).

A rejeição em relação à incorporação das mulheres nas práticas esportivas era acompanhada de um discurso que ditava o que podiam e o que não podiam fazer nesse âmbito. Como em tantas outras esferas da vida, o médico, o padre e, com frequência, a mãe atuando como reprodutora dos valores dominantes eram os encarregados de transmitir essa norma que obrigava as mulheres a se manterem frágeis e elegantes e afastadas da possibilidade de desenvolverem capacidades consideradas próprias a uma esportista: força, resistência e independência (Díez García, 2006).

Desse modo, o conceito de natureza feminina como inerentemente débil e doentia integrou-se às atitudes e comportamentos, até se converter em uma realidade material, parte da vida cotidiana. A aceitação/incorporação, pelas próprias mulheres, da ideia de que eram incapazes fisicamente deu um peso humano e moral aos dados científicos. No final do século XIX, essas novas formas de controle social encontravam-se firmemente arraigadas e internalizadas pelas mulheres, especialmente as da classe média e da elite, que se dedicavam aos afazeres domésticos quase em tempo integral. Os médicos e os professores juntavam-se à imprensa no esforço de educar as mulheres como guardiãs do lar.

Partindo dessas considerações, estabeleceram-se prescrições muito concretas em relação aos esportes aptos para as mulheres. Pierre de Coubertin, criador dos jogos olímpicos modernos, insistia que mulheres e práticas esportivas não eram compatíveis, pois os esportes as afastavam de seu destino como mães. A finalidade do exercício para elas devia ser educativa e terapêutica, e a prática dos mesmos estava rodeada de um extremo

puritanismo (Mosquera & Puig, 2009). O mito da fragilidade física das mulheres é uma herança dessa ideologia e foi a base da institucionalização da diferenciação dos esportes segundo o gênero.

No entanto, é preciso ressaltar que, na construção da noção de corporalidade feminina, se entrelaçavam relações de classe, raça e gênero. Para a cultura vitoriana, a verdadeira feminilidade residia na meiguice, gentileza e fragilidade física das mulheres, e essa ideia se tornou o padrão hegemônico a ser seguido até o início do século XX. Tal padrão, vinculado a um *status* social de elite, não levava em consideração os diversos grupos de mulheres trabalhadoras que não eram poupadas do trabalho físico duro. Mesmo assim, tal modelo impunha-se com grande força e como norma que delimitava o campo das práticas femininas socialmente aceitas.

No contexto brasileiro, segundo D’Incao (1997), formas mais diretas de controle sobre o corpo e a sexualidade feminina que imperavam na época colonial iam gradualmente cedendo lugar ao nascimento de uma sensibilidade e uma ideologia da família características da cultura burguesa. Se a elegância e a delicadeza eram atributos femininos altamente valorizados, as práticas físicas permitidas restringiam-se àquelas que se conciliavam com as ideias que prevaleciam sobre a natureza fraca do corpo e do sistema reprodutivo femininos. Havia um grande receio em relação ao exercício físico para as meninas, atitude que, no final do século XIX, começou a modificar-se timidamente, como pode ser observado na proposta de 1882 de Rui Barbosa, na qual as escolas primárias deviam abrir “uma seção especial de ginástica . . . , tendo em vista, em relação à mulher, a harmonia das formas femininas e as exigências da maternidade futura” (como citado em Rosemberg, 1995, p. 280).

No início do século XX, a participação esportiva feminina sofrerá mudanças importantes. Os exercícios serão cada vez mais enérgicos e começarão a fazer parte do currículo escolar. Uma nova abordagem sobre o bem-estar físico das mulheres já permitia que algumas formas de atividade esportiva e exercícios físicos leves pudessem ser considerados benéficos para a saúde das futuras mães e esposas. Entretanto, mesmo havendo uma

clara prescrição sobre quais os esportes eram adequados às mulheres, estes deviam ser praticados somente por mulheres jovens e solteiras, como foi o caso da natação:

A natação, na época, era um esporte cuja técnica não incluía desenvolvimento muscular, mas exercícios praticados em solo. Portanto, a despeito do pudor que impele a cobrir o corpo com roupas suficientes, trata-se de um esporte que se considerava que não masculiniza as mulheres. Ao mesmo tempo, esportes não eram . . . destinados ao corpo de mães ou de senhoras casadas, mas de senhoritas. (Rosemberg, 1995, p. 282)

No entanto, é preciso sublinhar que o aumento da participação esportiva feminina coincidiu com as primeiras grandes lutas feministas por igualdade civil e política da segunda onda do feminismo norte-americano e inglês. À medida que a noção da “nova mulher” – ativa, independente e autônoma (Showalter, 1993) – ganhava terreno, começava a influenciar a elite urbana brasileira, que mantinha fortes laços étnicos e culturais com a Europa. (Roncaglio, 1996). Artigos de jornal da primeira parte do século apresentavam relatos das aventuras de algumas mulheres esportistas que se distinguiam, entre outros aspectos, pela prática corporal diferente, que desafiava as normas da restrição e da delicadeza física femininas.

Nas décadas que se seguiram, as mulheres aumentaram sua participação no mundo público, como trabalhadoras, profissionais e participantes de movimentos sociais. Ao mesmo tempo, concepções normatizadas sobre a feminilidade continuaram exercendo grande influência, contribuindo para a limitação da prática esportiva das mulheres. Até o início dos anos 1970, as formas hegemônicas de representação da “Mulher” ainda enfatizavam a identificação das mulheres com a família, o casamento e a domesticidade.

No Brasil, a prática esportiva ainda sofria sérias restrições: de 1941 a 1975, vigorou o Decreto-Lei n.º 3.199, que estabelecia as bases da organização dos esportes no Brasil e incluía um artigo em que se lê: “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições da sua natureza”,

regulamentado em 1965, por uma deliberação do Conselho Nacional dos Desportos, proibindo às mulheres a prática de qualquer tipo de luta, futebol de salão, de praia, polo aquático, polo, rúgbi, halterofilismo e beisebol. (Rosemberg, 1995, p. 284)

Lenskyj (1986) mostra que também a luta das canadenses e estadunidenses para conquistar seus direitos no mundo esportivo foi travada a partir de um profundo questionamento da ordem de gênero que atingia o sistema de subordinação feminina na raiz:

A habilidade esportiva dificilmente se compatibilizava com a subordinação feminina tradicional da sociedade patriarcal; de fato, o esporte oferecia a possibilidade de tornar igualitárias as relações entre os sexos. O esporte, ao minimizar as diferenças socialmente construídas entre os sexos, revelava o caráter tênue das bases biológicas de tais diferenças; portanto, constituía uma ameaça séria ao mito da fragilidade feminina. (Lenskyj, 1986, p. 11)

Festle (1996) lembra que as mulheres atletas tiveram de enfrentar fundamentalmente dois tipos de preconceitos sociais: primeiro, que suas diferenças físicas as faziam muito menos competentes para o esporte do que os homens; e, segundo, que a prática esportiva as masculinizava. A autora argumenta que mulheres atletas profissionais eram praticamente obrigadas a adotar uma postura apologética, tomando o cuidado necessário de mostrar para o público que sua prática no esporte não comprometia sua feminilidade.

OS CORPOS FEMININOS E O IDEAL DE BELEZA

Com a ruptura ou declínio do ideal de domesticidade feminina, o padrão da fragilidade começa a ceder terreno a um novo ideal, mais adequado à noção da mulher ativa que começa a construir-se, como já mencionado, nas primeiras décadas do século XX. Entretanto, a cultura de beleza feminina – que se vale do atual poder das imagens, de uma forma sem precedentes históricos – atualizou-se a partir da incorporação dessa noção, elaborando novos padrões que desembocam na atual ênfase no *fitness*.

O corpo feminino ideal é magro e firme, embora não musculoso demais, e requer muitas horas de trabalho e de investimentos em tempo e dinheiro que, com certeza, não estão à disposição de uma boa parcela da população feminina. A ênfase que a atual cultura dá à produção do corpo ideal coloca em dúvida se é um corpo feminino forte e livre que se está promovendo. Embora o *women's fitness movement* possa significar, para algumas mulheres, uma tentativa de resistir ao tipo de discurso que representa o corpo feminino como fraco e submisso, poderia muito bem ser avaliado, também, como exemplo da forma como os corpos das mulheres estão sujeitos aos discursos dominantes, comprometendo-se com a tirania narcisista da magreza (Lupton, 1995).

Para a teoria feminista contemporânea, os corpos fazem-se por meio das relações sociais. Embora haja um debate que atualmente divide as que mantêm um pensamento mais radical (o corpo como produto da discursividade) e uma perspectiva que defende a materialidade do corpo anterior ao discurso ou como, de certa forma, um substrato da cultura, os trabalhos de autoras que escrevem a partir de ambas as posições contribuem para pensar a questão da construção dos corpos como femininos e masculinos, relação fundamental em uma ordem de poder – ou biopoder, nas palavras de Foucault (1998).

Para Foucault (1998), o biopoder é aquele com a função de gerir a vida, especialmente por meio do exercício de controles reguladores do corpo como processo biológico. Substituiu-se, assim, a potência de morte do poder soberano do medievo pela gestão calculista da vida por meio de técnicas de controle populacional, as quais se desenvolvem a partir do século XVII. O conhecimento técnico desenvolvido nesse período permitiu as “regulações de população, a demografia, a estimativa da relação entre recursos e habitantes, a tabulação de riquezas e de sua circulação, das vidas com sua duração provável” (Foucault, 1998, p. 132).

Autoras como Susan Bordo (1997a) e Sandra Bartky (1997) ampliam noções advindas do conceito de biopoder de Foucault (1998) e argumentam que a modernização do poder patriarcal se expressa especificamente na

produção de corpos femininos mais dóceis e disciplinados que os dos homens. Trata-se de um poder que está em lugar nenhum e em todos os lugares, baseado muito mais na autovigilância do que na coerção.

Bordo (1997b) examina detalhadamente os processos atuais da construção de corpos femininos, tanto no sentido de práticas corporais (regimes exaustivos de exercícios, dietas e cirurgias plásticas, buscando o aperfeiçoamento do corpo segundo padrões estabelecidos de beleza, e preocupações – em proporções obsessivas – com a aparência como ditada pela indústria cultural que sustenta a cultura do narcisismo) quanto no sentido das imagens culturais nas quais tais práticas se apoiam. Um projeto de corpo – que talvez seja o projeto da feminilidade (pós-) moderna – torna-se preocupação central ou tormenta central da vida de milhares de mulheres.

Em sua teoria sobre a performatividade do gênero, Judith Butler (1997) enfatiza o caráter fluido das construções de identidades e corporalidades de gênero. A autora afirma que reconhecemos o corpo somente enquanto corpo “generificado”; portanto, torna-se essencial uma espécie de fenomenologia feminista, que nos permita entender a construção desses corpos por meio dos atos concretos e mundanos do cotidiano. Produzem-se corpos femininos (submissos) e masculinos (poderosos) em uma espécie de “repetição ritualizada”, por meio da qual as normas sociais são reproduzidas e estabilizadas. No entanto, a mesma ênfase nos processos interacionais por meio dos quais “fazemos gênero” coloca esses processos como possíveis espaços de transgressão das normas e ressignificações. O gênero institui-se através da repetição estilizada dos atos,

através da estilização do corpo . . . como a forma mundana em que gestos e movimentos do corpo, assim como vários tipos de encenações, constituem uma ilusão de um obediente *self* generificado . . . uma façanha performativa na qual o público social mundano – que inclui os atores mesmos – acaba acreditando e encenando de acordo com a crença. Se a base da identidade de gênero é a repetição estilizada dos atos através do tempo . . . então as possibilidades de transformação do gênero se encontram nas relações arbitrárias entre os atos, na possibilidade de outras formas de repetição, na quebra ou repetição subversiva desse estilo. (Butler, 1997, p. 402)

Brumberg (1997), em um interessante trabalho, interpretou um século de diários de meninas adolescentes e observou que as meninas de outras épocas escreviam principalmente sobre os desafios de amadurecimento do caráter. Hoje em dia, a questão central gira em torno da aparência física e da apresentação do corpo para os outros. Para essas meninas, a autoestima parece depender muito mais do tamanho do nariz, da cintura ou das pernas do que da maneira como desenvolvem capacidades de relacionamento com o mundo. Segundo Bordo (1997a), a busca da feminilidade “é ainda apresentada como o caminho mais importante de aceitação e sucesso para as mulheres em nossa cultura” (p. 33). Essa feminilidade pode ser entendida como uma “estética da limitação”, tanto no que se refere ao comportamento quanto à corporalidade feminina:

A feminilidade é produzida através da aceitação de restrições, da limitação da visão, da escolha de uma rota indireta; é uma estética forte que se constrói em cima do reconhecimento da falta do poder; é uma estratégia de sobrevivência baseada nas concessões [abertas] e na imposição de restrições. (Brownmiller, 1984, pp. 15, 19)

Há, segundo a autora, uma forma feminina de estar no espaço que é de limitação: de deferência e diminuição, em lugar de expansividade. Nessa construção, o que está em jogo são as energias e os recursos do corpo feminino, uma verdadeira batalha política. Bordo (1997b) sugere que o corpo feminino magérrimo e passivamente exposto representa um “estar por cima” do desejo e das necessidades “materiais” de alimentação, sexo e assim por diante: “viver sem desejo ou falta de qualquer espécie” (p. 112).

A cultura comercial parece jogar o tempo todo com esses recursos, precisando, para fins de consumo, de um certo equilíbrio entre uma postura mais ativa (de desejo, ou “apetite”) e de negação desses elementos (pela exposição de corpos femininos magérrimos e em posturas passivas, quer dizer, de “entrega” – para o espectador). Para Bordo (1997b), essas imagens, como afirma no título do artigo, nunca são apenas fotos.

Nesse contexto, talvez se possa entender a recusa das mulheres à limitação como resistência. Para as mulheres atletas, a atividade esportiva pode representar, por um lado, uma espécie de feminilidade fortalecida, se

for praticada como uma atividade autodeterminada, orientada para a realização de metas e prazeres, mesmo que esses transgridam normas relativas à feminilidade no sentido de postura, movimento, atitudes “agressivas” ou “competitivas”. Por outro lado, existe a possibilidade de que a atividade esportiva feminina se adapte à feminilidade normativa e à atual cultura do corpo, que subordina a capacidade à aparência e a autodeterminação à reprodução de padrões socialmente prezados.

OS SIGNIFICADOS DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS PRATICADAS POR MULHERES

A persistência de grande ambivalência em relação ao significado da atividade física e esportiva das mulheres sugere que este seja um dos mais importantes espaços de conflito relativos à definição da corporalidade feminina na atualidade, certamente vinculado a outro campo de conflito: o da sexualidade. Portanto, torna-se interessante procurar entender exatamente o que está em jogo quando as mulheres se tornam atletas e, especificamente, atletas profissionais, identificadas com o esporte não somente pelo prazer de praticá-lo, mas como forma de ganhar a vida e, ainda mais, participar de uma cultura, majoritariamente masculina, que torna o/a atleta um símbolo de sucesso e da cultura nacional. Cabe perguntar em que medida a participação esportiva contribui para uma ressignificação da corporalidade feminina, ou se o que prevalece é uma apropriação da atividade esportiva que consegue enquadrá-la dentro de padrões de normatividade social que reproduzem o controle masculino sobre os corpos das mulheres.

Pode-se dizer que, atualmente, o mundo esportivo tem, em parte, incorporado a luta das mulheres para se colocarem nos espaços já existentes e/ou para criar espaços de práticas físicas e/ou atléticas. Como vimos, a literatura internacional sobre as mulheres e as relações de gênero no esporte assinalam tanto avanços quanto persistentes pontos de conflitos. Por exemplo, os esportes continuam sendo avaliados em termos de gênero, incluindo tanto os que se tornaram “unissex” quanto os que são vistos como potencialmente “masculinizantes” para as mulheres, ou seja, muitos esportes não são mais vistos como “masculinos”: tanto homens quanto

mulheres podem competir nos âmbitos amador e profissional; no entanto, as competições esportivas nos níveis profissional e semiprofissional continuam separando homens e mulheres, com pouquíssimas exceções (sendo os esportes equestres quase únicos nesse sentido).

Hargreaves (1994) propõe algumas perspectivas que ajudam a clarear os diversos problemas tratados:

A) Igualdade de Oportunidades

Uma demanda dominante no feminismo esportivo é a luta por igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e pelo acesso das atletas às atividades tradicionalmente masculinas. Essa é a ideia central do feminismo liberal – ou da igualdade –, que age no sentido de eliminar ou compensar os obstáculos sociais que impedem as mulheres de competirem em termos iguais com os homens, questionando as estruturas hierárquicas nas quais os dois sexos se desenvolvem. Para essas autoras, será por meio de reformas sociais, legais e de políticas compensatórias que a igualdade entre os sexos nos esportes será alcançada.

Entretanto, esse tipo de pensamento não leva em consideração a força com que o poder masculino se manifesta nos esportes, ao não incorporar as dimensões ideológicas ou simbólicas da opressão feminina, e não questiona os modos masculinos de pensar e praticar esportes. Por isso, defende que as mulheres sigam os passos dos homens. Finalmente, essa postura não mostra quais mulheres querem estar em pé de igualdade e com quais homens, pois ignora as diferenças entre homens e mulheres.

B) Separatismo

A história do separatismo não é nova para os esportes femininos. Existem diversas posturas em relação a ele, baseadas em diferentes valores e experiências. Por um lado, muito dessa filosofia foi uma reação – de uma forma ou de outra – às ideias dominantes sobre as disposições biológicas e

psicológicas de homens e mulheres para a prática de esportes. Também foi uma estratégia de enfrentamento ao poder cultural que os homens exercem nos esportes.

Como vimos, no século XIX, para sobreviver, os esportes femininos organizados acomodaram-se nas crenças biológicas tradicionais – de que os homens são mais aptos aos esportes do que as mulheres –, em lugar de questioná-las. Entretanto, no começo do século XX, as feministas lutaram pelo separatismo esportivo por razões éticas. Algumas feministas quiseram separar-se dos esportes masculinos porque acreditavam que estes se concentravam demais na competição e eram excessivamente comercializados. Da mesma forma, viam que a prática tipicamente masculina se limitava a um desdobramento de agressões, de provas constantes de força como uma forma primitiva de comunicação que substitui a intimidade emocional. Além disso, as feministas da diferença propõem o separatismo pelo fato de que as mulheres se sentem oprimidas pelos homens em equipes mistas.

Essas autoras acreditam que o interesse comum entre mulheres transcende as diferenças e que a independência dos homens deriva na autorrealização. Essa postura compartilha características com o feminismo radical, que propõe mudanças na raiz da sociedade, transformando as esferas privadas e públicas (e não somente as públicas, como propõe o feminismo liberal).

Tendo em vista o fato de que os esportes foram monopolizados pelos homens e que continuam promovendo ou mantendo atitudes sexistas, os programas que propõem igualdade de oportunidades têm limitações. Numerosos estudos mostram que, em termos de educação, treinamento e administração, as mulheres têm mais amplitude e melhores desempenhos em organizações exclusivamente femininas do que em organizações mistas. Argumentam que colocar no centro de qualquer prática ou intervenção teórica as experiências das mulheres incrementa a sensibilidade sobre suas necessidades específicas. Essa é a razão pela qual alguns grupos esportivos adotaram uma política de exclusão e rejeitam a inscrição de homens, mesmo aqueles que simpatizam com os interesses das mulheres.

Esse tipo de separatismo traz benefícios particulares para as mulheres de forma prática. Ter um espaço exclusivo para mulheres é cada vez mais

popular, pois estar em uma área com pessoas do mesmo gênero é um luxo que poucas mulheres podem se dar. Esse espaço é uma oportunidade para criar alianças entre mulheres, libera-as da discriminação e do sexismo que experimentam no cotidiano e lhes dá um sentido de controle e autonomia que de outra maneira não poderiam ter.

Para muitas mulheres, um espaço exclusivo para mulheres elimina o temor do assédio, do ridículo ou da inibição que experimentam em grupos mistos e proporciona um momento único para ganhar confiança e desfrutar da prática esportiva. Quando as mulheres atuam por si mesmas, a relação entre teoria e prática se faz clara, e o *slogan* “o pessoal é político” ganha vida.

O problema com as posturas separatistas é que podem resultar em explicações que reforcem a ideia de que existem esportes adequados para cada um dos sexos, baseando-se em supostas características psicológicas e biológicas. Essa postura também pode criar novamente divisões sociais entre homens e mulheres e entre grupos diferentes de mulheres e diferentes grupos de homens.

Levando-se em consideração essas ideias, pode-se observar que a participação feminina nos esportes vem crescendo como fruto de suas lutas por inclusão e igualdade nas práticas esportivas, ao mesmo tempo que tanto as mudanças culturais quanto os diferentes tipos de treinamento físico ajudaram as mulheres a melhorar seu desempenho esportivo, o que contribuiu para o rompimento de barreiras sociais na luta por igualdade de oportunidades para as esportistas.

Como vimos, se os corpos femininos foram considerados mais frágeis e fracos do que os masculinos, a prática esportiva das mulheres tem derrubado cada vez mais esse mito. Nos últimos anos, fruto do empenho, do treinamento e da conquista de muitas vitórias, a brecha entre homens e mulheres no que se refere ao rendimento esportivo está cada vez menor.

Cabe ressaltar que o treinamento e a prática esportiva feminina não podem seguir utilizando modelos derivados dos estudos levados a cabo com esportistas masculinos, porque apresentariam um viés que limitaria os possíveis resultados e as capacidades funcionais das mulheres esportistas.

Isso porque os corpos das mulheres são diferentes dos corpos masculinos e, por essa razão, necessitam – para que desenvolvam sua máxima

capacidade – de um processo de treinamento que leve isto em consideração: que as atletas sejam capacitadas como mulheres, em lugar de serem convencidas de que o caminho para o êxito esportivo está na tentativa de emular rotinas e comportamentos dos homens, buscando alcançar suas marcas.

A DECLARAÇÃO DE BRIGHTON E A AMPLIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PRÁTICAS ESPORTIVAS DE MULHERES

Em 1994, foi endossada a *Declaração de Brighton sobre Mulheres e Esporte*, da qual o Brasil é signatário por meio do Comitê Olímpico Brasileiro. A declaração foi elaborada durante o Congresso Internacional *Women, Sport and the Challenge of Change*, organizado pelo *British Sports Council*, com apoio do Comitê Olímpico Internacional. O Congresso conseguiu reunir um grande número de participantes e representantes de instituições públicas e privadas de todas as regiões do planeta (280 delegados internacionais de 82 países), o que representou uma oportunidade única para analisar em profundidade a problemática e as vantagens que as práticas esportivas oferecem para as mulheres a partir dos mais variados pontos de vista – e propôs soluções a partir das reivindicações das próprias mulheres envolvidas nas práticas esportivas como um todo.

Pesquisas demonstram que meninas e meninos se aproximam do esporte a partir de perspectivas marcadamente distintas. Aqueles responsáveis pelo esporte, pela educação, pela recreação e pela educação física dos jovens deveriam garantir que uma gama equitativa de oportunidades e experiências de aprendizagem que acomode valores, atitudes e aspirações de meninas seja incorporada em programas voltados ao desenvolvimento da aptidão física e das habilidades esportivas básicas de jovens. (*The Brighton Declaration*, 1994, p. 100)

A questão principal abordada no Congresso foi a de como acelerar o processo de mudança para corrigir os desequilíbrios enfrentados pelas mulheres na sua participação e envolvimento no esporte. Também foi acordado o estabelecimento de uma estratégia internacional para o desenvolvimento de uma cultura esportiva que permita e valorize a participação

plena das mulheres em todos os aspectos do esporte. A Declaração apresenta princípios que deveriam guiar ações destinadas a aumentar a participação das mulheres no esporte em todos os níveis e em todas as funções e papéis.

O referido congresso deu origem a três resultados principais: em primeiro lugar, formulou a Estratégia Internacional Mulher e Esporte; em segundo, a Declaração de Brighton propriamente dita; e, finalmente, sobre a base desta última, criou o Grupo Internacional Mulher e Esporte.

A Declaração de Brighton convoca organizações governamentais e não governamentais e todas aquelas pessoas envolvidas com o esporte a colocar em prática os princípios estabelecidos no documento, criando políticas, estruturas e mecanismos que propiciem uma maior igualdade de gênero neste campo:

São objetivos da Declaração:

- Garantir a todas as mulheres e meninas oportunidades de participar no esporte e em um ambiente seguro e com apoio, preservando os direitos, a dignidade e o respeito ao indivíduo;
- Ampliar o envolvimento de mulheres no esporte em todos os níveis, funções e papéis;
- Assegurar que o conhecimento, as experiências e os valores das mulheres contribuam para o desenvolvimento do esporte;
- Promover o reconhecimento de que o envolvimento de mulheres no esporte oferece uma contribuição à vida pública, ao desenvolvimento comunitário e à construção de uma nação saudável;
- Estimular mulheres a reconhecerem os valores do esporte e sua contribuição ao desenvolvimento pessoal e a um estilo de vida saudável. (*The Brighton Declaration*, 1994, p. 99)

O foco dessa declaração é o combate, em âmbito mundial, de desigualdades e discriminações contra mulheres. É preciso considerar que esse problema ainda se faz presente no Brasil, o que não exclui a existência de outras formas de discriminação, como em relação à diversidade sexual, a questões étnico-raciais, religião, entre outras.

Sem esgotar o conteúdo da Declaração, é preciso ressaltar alguns pontos no que se refere à formação profissional na área dos esportes. O documento reivindica que as experiências educativas e formativas abordem

questões relacionadas à igualdade de gênero e às necessidades de atletas mulheres. No âmbito das informações e da pesquisa, a Declaração de Brighton afirma que os responsáveis pela produção de conhecimento e por fornecer informações sobre esporte devem desenvolver políticas e programas para aumentar o conhecimento e a visibilidade sobre mulheres e esporte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que o Brasil tem avançado na produção de conhecimento na área de psicologia do esporte e de gênero, com a consolidação dos estudos da condição feminina em diferentes áreas de conhecimento, inclusive dentro da educação física e da psicologia social. Além disso, também foram criados editais de fomento à pesquisa na área dos estudos feministas, de gênero e diversidade.

Considerando as desigualdades de gênero no campo do esporte, investir em estudos e pesquisas específicos nessas interfaces de campos de conhecimento pode ser um ponto a ser ainda mais aprimorado, pois, como já apontamos, mesmo quando essa iniciativa – por exemplo, com a implementação plena dos princípios da Declaração de Brighton – represente um avanço substancial para alcançar a igualdade de gênero nas práticas esportivas, a produção efetiva de mudanças que esta pretende gerar requer uma sociedade mais aberta, disposta a compreender e acolher as implicações que este chamado traz consigo: o chamado para um tratamento equitativo e igualitário dentro das diferenças, não apenas nos esportes, mas em todas as áreas das atividades humanas.

REFERÊNCIAS

- Bartky, S. (1997). Foucault, femininity and the modernization of patriarchal power. In K. Conboy, N. Medina, & S. Stanbury (Eds.), *Writing on the body: Female embodiment and feminist theory* (pp. 129-154). New York: Columbia University Press.

- Bordo, S. (1997a). O corpo e a reprodução da feminidade: Uma reapropiação feminista de Foucault. In A. Jaggar & S. Bordo (Orgs.), *Gênero, corpo, conhecimento* (pp. 19-41). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Bordo, S. (1997b). *Twilight zones: The hidden life of cultural images from Plato to O.J.* Berkeley: University of California Press.
- The Brighton Declaration on Women and Sport, 1994. Reproduzida em Fasting, K., Sand, T. S., Pike, E., & Matthews, J. (2014). *From Brighton to Helsinki: Women and Sport Progress Report 1994-2014*. Helsinki: Finnish Sport Federation.
- Brownmiller, S. (1984). *Femininity*. New York: Linden Press, Simon & Schuster.
- Brumberg, J. J. (1997). *The body project: An intimate history of American girls*. New York: Random House.
- Butler, J. (1997). Performative acts and gender constitution. In K. Conboy, N. Medina, & S. Stanbury (Eds.), *Writing on the body: Female embodiment and feminist theory* (pp. 401-417). New York: Columbia University Press.
- Buysse, J. A. M., & Embser-Herbert, M. S. (2004). Constructions of gender in sport: An analysis of intercollegiate media guide cover photographs. *Gender and Society*, 18(1), 66–81.
- Decreto-Lei n.º 3.199, de 14 de abril de 1941*. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm
- Díez García, A. (2006). Evolución histórica y social de la presencia de la mujer en la práctica física y el deporte. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, 99. Recuperado de <https://www.efdeportes.com/efd99/mujer.htm>
- D’Incao, M. A. (1997). Mulher e família burguesa. In M. del Priore & C. Bassanezi (Orgs.), *História das mulheres no Brasil* (pp. 223-240). São Paulo: Contexto/UNESP.
- Festle, M. J. (1996). *Playing nice: Politics and apologies in women’s sports*. New York: Columbia University Press.
- Foucault, M. (1998). *História da sexualidade - I: A vontade de saber* (13. ed). Rio de Janeiro: Graal.

- Giulianotti, R. (2004). *Sport: A critical sociology*. Oxford, UK: Polity Press.
- Hargreaves, J. (1994). *Sporting females*. London: Routledge.
- Laberge, S. (2004). Les rapports sociaux de sexe dans le domaine du sport: Perspectives féministes marquantes des trois dernières décennies. *Recherches féministes*, 17(1), 9–38. doi:10.7202/009295ar
- Lenskyj, H. (1986). *Out of bounds: Women, sport and sexuality*. Toronto: The Women's Press.
- Lupton, D. (1995). *The imperative of health: Public health and the regulated body*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Millett, K. (1995). *Política sexual*. Madrid: Cátedra (Col. Feminismos).
- Messner, M. (2009). *Out of play: Critical essays on gender and sport*. New York: University of New York Press.
- Mosquera, M. J., & Puig, N. (2009). Género y edad en el deporte. In M. García Ferrando, N. Puig, & F. Lagartera (Eds.), *Sociología del deporte*. Madrid: Alianza Editorial.
- Roncaglio, C. (1996). *Pedidos e recusas: Mulheres, espaço público e cidadania*. Curitiba: Editora Pinha.
- Rosemberg, F. (1995). A educação física, os esportes e as mulheres: Balanço da bibliografia brasileira. In E. Romero (Org.), *Corpo, mulher e sociedade* (pp. 271-308). Campinas, SP: Papirus.
- Rowe, D. (2006). Big defence: Sport and hegemonic masculinity. In A. Tomlinson (Ed.), *Gender, sport and leisure: Continuities and challenges*. Oxford: Meyer & Meyer.
- Salzman, J. (1992). *Equidad y género: Una teoría integrada de estabilidad y cambio* (M. Coy, Trad.). Madrid: Cátedra.
- Showalter, E. (1993). *Anarquia sexual: Sexo e cultura no fim de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Stoller, R. (1968). *Sex and gender: On the development of masculinity and femininity*. New York: Science House.